

2017



**MESTRADO PROFISIONAL
PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**CURSO DE FORMAÇÃO: A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE SANTOS
– ELO ENTRE SUJEITOS E SABERES**

Márcia de Castro Calçada
Kohatsu

**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS
MESTRADO PROFISSIONAL
PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**MÁRCIA DE CASTRO CALÇADA KOHATSU
ORIENTADORA: PROF^a DRA. LUANA CARRAMILLO GOING**

**PROPOSTA DE ENSINO: A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO
MUNICÍPIO DE SANTOS – ELO ENTRE SUJEITOS E SABERES**

SANTOS

2017

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
OBJETIVO.....	11
PLANO DE AÇÃO	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS.....	19

INTRODUÇÃO

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum.

Hannah Arendt

O mote inicial deste trabalho, desde o projeto de pesquisa até a finalização da Dissertação, foi analisar de que maneira ocorrem as práticas de articulação do currículo formal e do não formal nas escolas de tempo integral da rede municipal de ensino santista, constatando as realidades e as condições de trabalho em quatro dessas unidades.

Desta feita, em paralelo à revisão bibliográfica, realizou-se a pesquisa de campo e recolha de dados amostrais, investigando diretores, coordenadores pedagógicos, professores, ESs e alunos quanto ao conceito de educação integral assumido nas respectivas escolas, seus currículos, projetos e modos de socialização, para, enfim, propor a construção de um currículo único, inter e transdisciplinar, com vistas à interdependência das áreas do conhecimento, dentro de um processo que priorize o contexto social da comunidade escolar. E, assim, constituir territórios educativos, empoderando os educandos enquanto sujeitos, integrando-os aos saberes curriculares no tempo e no espaço, definidos democraticamente por meio do Projeto Político-Pedagógico para avançar continuamente nas questões curriculares da escola de tempo integral.

Se, por um lado, assumir o currículo como uma construção cultural e social demanda considerar e analisar os contextos (social, político, econômico, cultural e pedagógico) concretos que o moldam, por outro lado, entendê-lo como forma de organizar uma diversidade de práticas educativas no cotidiano educacional supõe a compreensão

de que diferentes ações, vários sujeitos, múltiplas concepções, espaços e tempos distintos, diversos saberes/fazeres intervêm em sua configuração, no interior de certas condições concretas estabelecidas por interações culturais, sociais e institucionais a fim de se encontrar parâmetro para novas propostas [...] (FELÍCIO, 2011, p. 167).

Logo, a presente proposta de intervenção é, na verdade, a culminância da Dissertação apresentada no curso de Mestrado Profissional à Universidade Metropolitana de Santos, intitulada “A escola de tempo integral no município de Santos: elo entre sujeitos e saberes”, que teve como ponto de partida a experiência profissional da autora, permeada por inquietações e aspirações relativas à política de educação e tempo integral vigente no sistema municipal de ensino de Santos.

A pesquisa abrangeu parte das políticas públicas no âmbito da Educação Integral e seu breve histórico no Brasil, com base no recorte selecionado de 2011 a 2016 em bancos de dados de teses, dissertações, artigos, entre outros.

Dessa maneira, foi possível constatar que, desde o início do século XX, sempre se buscou algum tipo de ensino voltado às populações marginalizadas, enquanto recurso civilizatório para o cumprimento de metas e o desenvolvimento do país, levando ao chamado “entusiasmo pela educação popular”. A autora Moll (2012) convida à reflexão trazendo registros de um dos mais influentes educadores e políticos do século passado, considerado ainda tão atual:

Dia a dia, toma a nação maior e mais intensa consciência de si mesma, de seus problemas, de suas contradições, de suas desigualdades, de seus diferentes níveis e modos de viver, de suas distâncias físicas e psicológicas, de sua pobreza e de sua riqueza, do seu progresso e do seu atraso, e, reunindo todas as suas forças, prepara-se para uma nova integração, em um grande esforço de reconstrução e desenvolvimento. Nesse processo de reconstrução, nenhum problema é mais essencial que o da escola, pois por ela é que se efetivará o novo senso de consciência nacional e se afirmará a possibilidade de se fazer permanente e progressiva a grande mobilização do esforço brasileiro (TEIXEIRA, 1958 apud MOLL, 2012, p. 129).

Frente ao histórico das políticas educacionais, principalmente desde os anos de 1980, pós ditadura militar, até os dias atuais, ficou claro o quão importante é a educação integral na escola pública brasileira, tendo em vista seu impacto na formação dos estudantes.

Segundo Arroyo (2012), nas últimas décadas, cresceu nos setores populares a consciência social do direito à educação bem como a percepção de que é preciso mais tempo para uma formação integral. Para o autor, o sentido aqui é o de pensar as práticas pedagógicas, o currículo, e a gestão da escola em função da busca de centralidade para as necessidades intelectuais, sociais, culturais, esportivas e humanas do educando enquanto sujeito de vontades, que deve ser ouvido e seduzido para aprender.

Sendo assim, a partir da coleta de dados, da análise da investigação e do aporte teórico subsidiado, principalmente, por Arroyo (2012), Cavaliere (2002-2010), Felício (2011), Moll (2012 e 13) e Santos (2012), esta proposta de intervenção pretende subsidiar ações para a efetiva integração curricular na perspectiva da formação integral, interdisciplinar e da gestão democrática, considerando a realidade do território educativo no qual cada escola se insere, especialmente servindo como fonte de inspiração e sensibilização após as denúncias levantadas.

A prática desta pesquisadora numa escola de tempo integral e sua visão panorâmica da rede de ensino em que atua levaram-na ao aprofundamento da temática por meio de leituras, participação em fóruns, comitês, comissões de trabalho e grupos de pesquisa, de modo a contribuir, refletir, sugerir e mesmo influenciar as políticas públicas voltadas para a qualidade da educação integral no município.

Nesse sentido, como estratégias de educação em tempo estendido, a rede municipal de ensino santista abrange projetos e programas inovadores referenciados no Brasil e no mundo, monitorando-os e buscando sua permanente ampliação, com qualidade de atendimento e intencionalidade pedagógica - viabilizadas por meio de formações, estudos e pesquisas relativas à legislação vigente e às práticas adotadas pela Secretaria de Educação.

Quarenta escolas são atendidas entre o Programa Novo Mais Educação, do governo federal, o Programa Escola Total, com investimentos municipais, e as entidades civis subvencionadas à Prefeitura, estas por meio de termos de cooperação. Conforme dados da SEDUC, garante-se assim a oferta de mais de 35% de vagas para o ensino fundamental, ultrapassando hoje a Meta 6 do Plano Nacional de Educação, que objetiva oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atingir, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.

Atualmente, a SEDUC conta com sete unidades municipais de educação em tempo integral para o ensino fundamental e atende algumas unidades de educação infantil com jornada dupla, além de se valer dos já referidos programas.

Segundo Felício (2011), as dificuldades apontadas na implementação da escola de tempo integral são de ordem econômica (investimentos e manutenção da política), estrutural (espaço, tempo e currículo) e profissional (dedicação exclusiva), comprovadas também pela investigação que derivou esta proposta.

Como caminho, a autora sugere a reestruturação curricular, integrando os profissionais aos conteúdos, na tentativa de construir um trabalho não fragmentado em que as áreas curriculares sejam tratadas com igual importância e os diferentes campos de conhecimento possam ser meios de compreensão do contexto social a partir de projetos desenvolvidos por educadores e educandos.

Entretanto, no caso da cidade de Santos, é necessário ir além, por isso, o resultado e a análise desta pesquisa remeteram-se às vulnerabilidades verificadas por meio de 32 entrevistas semiestruturadas aplicadas ao público-alvo.

Como solução possível, aponta-se, por pressuposto, a busca por uma pedagogia social, crítica e transformadora, que fomente a realidade cultural permeada por projetos político-pedagógicos colaborativos e incida de forma positiva na formação integral do educando.

Ainda como resultado do processo de investigação, encontrou-se, nas quatro escolas focalizadas, um panorama de necessidades quanto à transformação do currículo existente, à organização dos tempos para a formação em serviço e o diálogo entre os profissionais e alunos, e à inserção de um projeto institucional que direcione o Projeto Político-Pedagógico de modo democrático e comunitário.

Por este motivo, a presente proposta recomenda ações que objetivam uma gestão capaz de tratar diferenciadamente a educação integral em tempo integral e assegurar as condições para que todos os estudantes possam se empoderar dos conhecimentos necessários à sua evolução cidadã numa jornada de dia inteiro.

A partir daí, pondera-se o currículo o caminho por onde os estudantes enveredarão de modo subjetivo, sob a mediação atenta dos profissionais da educação e, para melhor efeito no processo de ensino e aprendizagem, enfatiza-se o acompanhamento e a avaliação contínua de sua prática por gestores, professores, como também por toda a comunidade escolar.

Afirma-se o papel do professor e do educador social como ponto fundamental no avanço do percurso construtivo do educando, pois são eles que podem captar as necessidades do aluno em meio ao que a educação proporciona.

Nessa vertente, a interdisciplinaridade praticada por estes profissionais poderá envolver e modificar o percurso do aluno quando ele assim o permitir, constituindo-se em uma verdadeira integração das áreas do conhecimento, em que as fronteiras se tornam invisíveis para que a complexidade do objeto de estudo se destaque.

Portanto, a integração curricular na escola de tempo integral representa um movimento importante entre o ensinar e o aprender. Compreendida como formulação teórica e assumida enquanto atitude, terá a potencialidade de auxiliar as escolas na ressignificação do trabalho pedagógico em termos de métodos, conteúdos, avaliação e nas formas de organização dos ambientes para a aprendizagem.

Na visão interdisciplinar, o tema a ser estudado está acima dos domínios de cada disciplina, fazendo com que as diferentes áreas do saber dialoguem entre si. Para que isso aconteça, é necessário perceber a unidade na diversidade dos conhecimentos contextualizados nas relações pedagógicas em sala de aula e na escola, o que requer a mobilização e a sensibilização de todos da comunidade escolar, inclusive dos familiares dos alunos.

Assim, o trabalho deve envolver uma agenda fixa e ações, conforme a demanda que aparecer ao longo da rotina escolar. Os professores devem ser orientados e estimulados a dialogar com a temática da interdisciplinaridade em cada esfera do conhecimento, em meio a um ambiente propício.

Vale esclarecer que, durante a pesquisa de campo, verificou-se a existência de uma grande variedade de opiniões sobre o conceito de escola de tempo integral e seus desdobramentos. Pôde-se notar que a articulação curricular, embora já bastante presente nos normativos legais, ainda está longe de ser uma prática corrente entre professores e ESs.

Nas escolas onde decorreram os estudos, as práticas de articulação revelaram-se superficiais e irreconhecíveis, quando existentes, e sua busca acontecia predominantemente em reuniões de docentes e de ESs, em separado, mediadas pelo coordenador pedagógico, com fins de elaboração de documentos e propostas de conteúdos a serem trabalhados.

Como já foi mencionado, fato é que se encontram muitas dificuldades em agregar os componentes curriculares na construção de um único foco ou objeto de estudo, já que grande parte dos que atuam em escola de tempo estendido não acreditam nela, talvez por não conhecerem a educação integral intercurricular.

Propõe Santos (2012) que a escola seja encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos atores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum, em que cada um se sinta respeitado e valorizado.

Para tanto, Felício (2011) aponta as várias possibilidades de construção de um currículo único, tendo como ponto inicial sua reorganização, focada no desenvolvimento coletivo da profissionalidade, ou seja, em ações colaborativas que englobem as competências de cada um.

Contudo, o sucesso de qualquer ação pedagógica depende do tipo de gestão que se exerce, e neste sentido, na realidade pesquisada, alguns pontos também se revelaram menos assertivos: dependência das políticas públicas educacionais, descontinuidade de profissionais na Secretaria e nas escolas; pouca informação e responsabilização dos especialistas (devolução de verbas aos cofres públicos); escassez de diretrizes, parâmetros e protocolos a serem monitorados pela Secretaria e que embasem o trabalho da escola; fragilidade e, por vezes, a secundarização com que se trata o tema; bem como a ausência de um núcleo idealizador e executor de propostas que provoquem o avanço de políticas para a formação integral do estudante.

Isso posto, com base em Felício (2011), foram elencadas detalhadamente as vulnerabilidades que motivaram esta proposta interventiva, estando classificadas em ordem econômica, estrutural e profissional, conforme segue:

Quadro 2. Classificação dos tipos de vulnerabilidades das escolas de tempo integral da amostra - Ordem Econômica: investimento e manutenção*

INVESTIMENTO	- falta de condições para melhor implementação da política educacional; - necessidade de valorização financeira da categoria dos educadores sociais.
MANUTENÇÃO	- falta de conservação da infraestrutura das unidades municipais de educação.

*Escolas de tempo integral da rede municipal de ensino de Santos.

Quadro 3. Classificação dos tipos de vulnerabilidades das escolas de tempo integral da amostra - Ordem Estrutural: espaço, tempo e currículo*

E S P A Ç O	- aulas com metodologias tradicionais e não interativas; - inexistência de espaços de convivência entre os estudantes e os profissionais; - tempo e espaço insuficientes destinados a situações de grupo para o convívio e a reflexão sobre o que, e como estudar.	
T E M P O	- insuficiência de reuniões entre professores e educadores sociais durante o ano letivo; - falta de tempo para dar continuidade às formações iniciadas; - falta de tempo para troca de experiências e o estudo de casos empíricos e teóricos; - improdutividade das reuniões realizadas com professores e educadores em separado; - deficiência de tempo, articulação e comunicação para o diálogo entre os profissionais;	- excesso de tempo do aluno na escola (10 horas diárias), - turno regular curto, por isso a necessidade de o currículo ser integrado para abranger o plano de curso; - rara participação dos educadores sociais em reuniões de pais; - falta de otimização do trabalho colaborativo.

CURRÍCULO	- compartimentalização e descontinuidade dos currículos; - dicotomia entre os currículos das jornadas escolares: pedagógica e recreativa; - dificuldade de reconhecer práticas pedagógicas integrativas; - falta de planificação e execução de projetos integrativos inseridos no PPP; - dificuldades em encontrar aderência entre o currículo regular e o currículo proposto na ampliação da jornada; - escassez de encontros informativos e formativos entre os profissionais para possíveis projetos comuns; - reuniões de formação com abordagens superficiais e sem fim de integração curricular; - falta de conhecimento sobre o conceito de EI devido às exíguas oportunidades formativas; - dificuldade na compreensão do papel do educador social; - ausência de trabalho em equipe; - falta de percepção dos alunos quanto aos projetos integrativos elaborados na própria escola; - reivindicação de mais atividades fora da sala de aula; - ausência de exposições dos produtos finais; - dificuldade do professor em apresentar desprendimento do rigor cronológico e conteudista do plano de curso oficial da rede de ensino; - ausência de um plano de curso das oficinas da jornada estendida;	- articulação curricular restrita por meio da realização da lição de casa e do reforço escolar; - carência de intencionalidade e de reflexão sobre a prática tanto no patamar da gestão quanto na execução de ações educativas que integrem os conteúdos; - falta de propostas interdisciplinares ou intercurriculares inseridas no PPP, - falta de sistematização de ações para a interação entre professores e educadores sociais; - necessidade de: - atendimento à reivindicação de mais atividades fora da sala de aula; - saídas de estudo na perspectiva da cidade educadora; - elaboração de novos projetos coletivos entre professores, educadores sociais e gestores; - revisão e melhoria do modelo de EI utilizado; - esclarecimento do conceito de EI também junto aos funcionários; - participação de todos os profissionais em Mostras, Feiras e Apresentações artísticas; - projetos didáticos individualizados desenvolvidos de forma solitária; - práticas que revelem a concepção de EI; - oficinas mais motivadoras; - intencionalidade das aulas para a qualidade do trabalho; - oficinas pré determinadas pela escola; - replanejamento das intervenções pedagógicas, tendo como premissa a escuta do educando.
-----------	--	--

*Escolas de tempo integral da rede municipal de ensino de Santos.

Quadro 4. Classificação dos tipos de vulnerabilidades das escolas de tempo integral da amostra - Ordem Profissional: ampliação do regime e visão funcional*

Aumento de profissionais em regime de dedicação exclusiva	- interrupção de projetos conduzidos por uma equipe gestora descontínua; - jornadas incompatíveis dos professores e educadores sociais; - necessidade de estratégias para a permanência estendida de professores e educadores sociais; - possibilidade de integração curricular por meio da jornada estendida de professores;
Visão Funcional	- falta de autocrítica por parte dos professores como fator indutor de melhoria das práticas; - diferentes opiniões acerca do conceito de educação integral entre os professores; - desejo dos educadores sociais de serem ouvidos; - formação profissional dos educadores sociais generalizada; - falta de formação contínua para os educadores sociais; - o coordenador pedagógico como única ponte entre os profissionais, - estabelecimento de parcerias pedagógicas entre os profissionais da escola, - diretoras com menos de dois anos na gestão das escolas de tempo integral; - falta de atribuição de aulas e escolas diferenciadas para as escolas de tempo integral;

*Escolas de tempo integral da rede municipal de ensino de Santos.

Dados os fatos, a base do trabalho a ser realizado por todos que geram a educação integral na rede municipal de ensino de Santos deve ser a disseminação do seu conceito e a ampliação do direito à educação pública emancipatória para crianças e jovens, bem como a oferta de mais tempo para a apropriação de diversos conhecimentos: acadêmicos, físicos, sociais, emocionais e, sobretudo, humanos.

Somente legitimando a colaboração de todos os profissionais implicados no processo de edificação e reestruturação curricular, haverá a tomada de consciência da necessidade desse comprometimento para a melhoria e transformação das realidades de cada educando, como uma missão social, apoiada na responsabilização do professor, do gestor e do educador social da escola pública. Qualificando os estudantes, enquanto sujeitos, a fim de transformar seu comportamento com vistas à cidadania plena, serão formados seres humanos para intervirem positivamente na sociedade.

Esta proposta destina-se, enfim, a toda comunidade escolar que busca construir e manter uma escola de educação integral em tempo integral por meio da autocrítica, do aprofundamento teórico, do trabalho colaborativo, do reconhecimento de seu território, da interdisciplinaridade, do currículo integrador, humano, dinâmico e alegre e, acima de tudo, que sempre ouça seus alunos e profissionais com respeito e empatia.

Portanto, esta intervenção pode favorecer a todos os envolvidos, à medida que visa a contribuir para a melhoria das condições pedagógicas no âmbito da escola de tempo integral municipal, minimizando os efeitos da situação financeira adversa que se apresenta atualmente neste município e no País.

OBJETIVO

Integrar o currículo por meio da gestão democrática, dos projetos e das práticas colaborativas e interdisciplinares referentes a objetivos comuns, promovendo Mostras de Estudo que valorizem o conhecimento, a cultura e as experiências advindas de um aprendizado significativo para os estudantes e a comunidade, insistindo na necessidade de alinhamento ao PPP.

PLANO DE AÇÃO

“[...] Educação é a realização de cúmplices [...]”

Vitor Henrique Paro

A autonomia das escolas baseia-se em responsabilidade coletiva, favorecendo a criatividade e as diferentes aprendizagens, na diversidade cultural existente. Nesse cenário, como promover a inovação? Qual a qualidade pedagógica da escola pública de tempo integral em que atuamos? De que forma ousar em conhecer e agir sobre a teoria aliada à prática? O que o grupo espera ensinar e aprender?

Com base nessas e outras indagações políticas e pedagógicas, busca-se, com o roteiro a seguir, iniciar uma prática mais efetiva na escola de tempo ampliado.

Sendo assim, de acordo com o levantamento advindo da pesquisa, este plano de ação estará pautado em transformar os currículos existentes; reorganizar os tempos para a formação em serviço e para o diálogo entre os profissionais e alunos; e construir o Projeto Político-Pedagógico de modo colaborativo, com o intuito de criar, resolver, fazer, avançar, e então apropriar o educando de sua cultura e conhecimento.

Para tal, impõe-se como necessidade a constituição de um núcleo ou equipe própria na SEDUC, que trate especificamente das políticas de educação integral, com continuidade, compromisso político, social e intencionalidade pedagógica da jornada integral. Grupo que se responsabilizará por: implementação, monitoramento, avaliação, visitas às escolas, formação continuada dos profissionais, grupos de estudo, suporte teórico entre outras ações da política de educação e tempo integral.

A rede municipal de Santos, por exemplo, comporta uma gama de modelos de ampliação de jornada: escolas de atendimento em tempo integral no próprio prédio; escola de educação especial em tempo integral que divide o espaço com um núcleo de atendimento aos estudantes sem deficiência, promovendo a inclusão; núcleos externos às escolas do Programa Escola Total; escolas híbridas

com salas de jornada parcial e o núcleo no seu interior; convênio com entidades subvencionadas à prefeitura; e atendimento à educação infantil.

Toda essa pluralidade de demanda necessita de um grupo gestor dentro da Secretaria, crítico, pesquisador, inovador e articulado a políticas, conselhos, comitês e fóruns federais e estaduais de educação integral, que se responsabilize pela implementação e avaliação contínua das políticas adotadas em âmbito municipal.

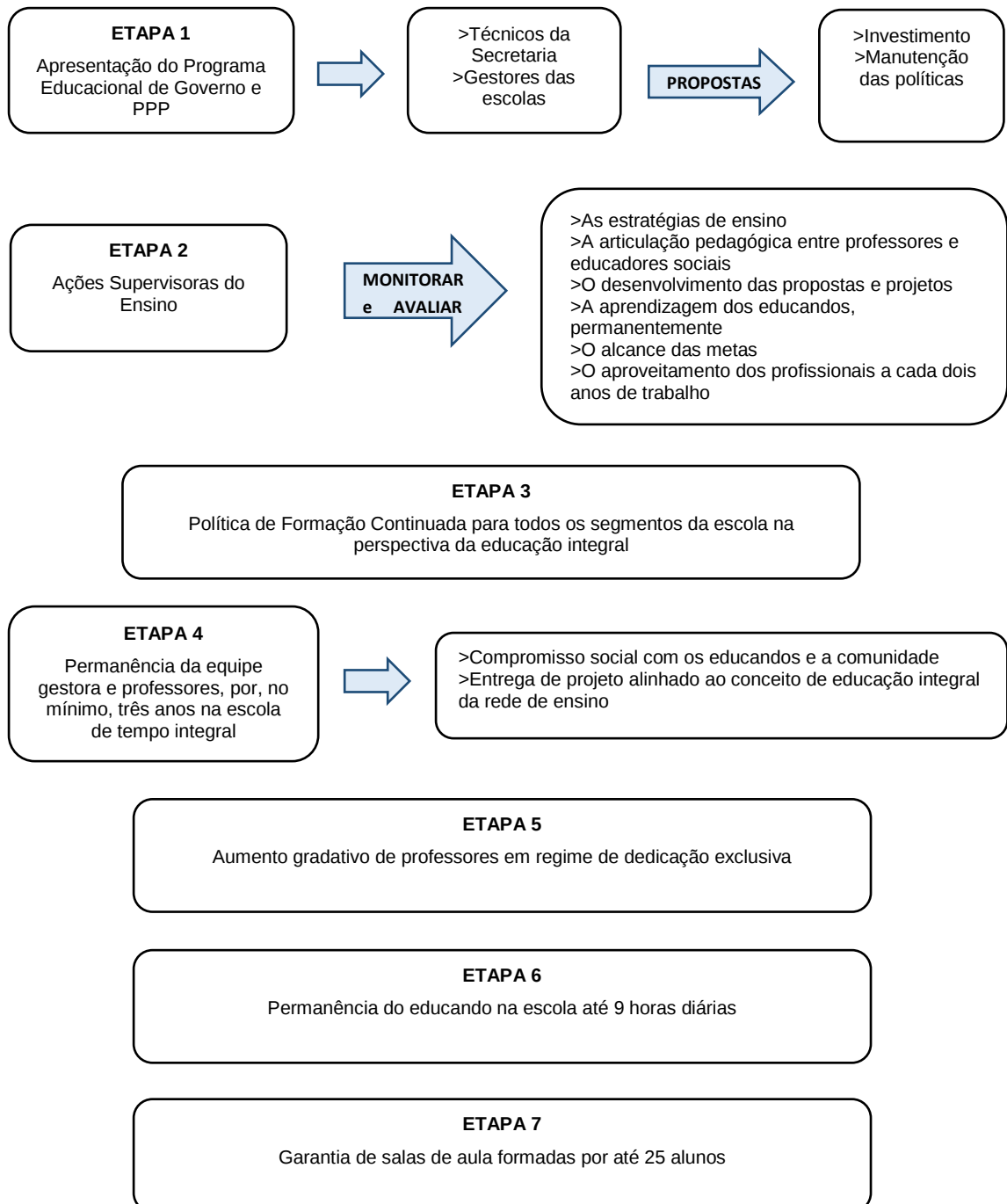
A alma desta pesquisa esteve em ouvir os sujeitos, protagonistas do processo em questão e, com isso, propor algo que fosse ao encontro do que eles expuseram em seus depoimentos e que servisse de impulso para a construção de novas práticas acordadas com o contexto da escola, dentro das suas possibilidades e limites.

Sendo assim, organizando-se de modo transversal e contextualizado, em um processo de coautoria entre a equipe gestora, os professores concursados, os educadores sociais contratados, os funcionários da escola e os educandos, este projeto de intervenção sugere, pois, seu desenvolvimento por toda a comunidade.

A metodologia de planejamento, organização, execução e avaliação empregada deverá ser aperfeiçoada a cada novo percurso, visando a oferecer ao educando vivências de aprendizagens significativas, apresentadas e fortalecidas em vista da qualidade do ensino público e consequente empoderamento do sujeito.

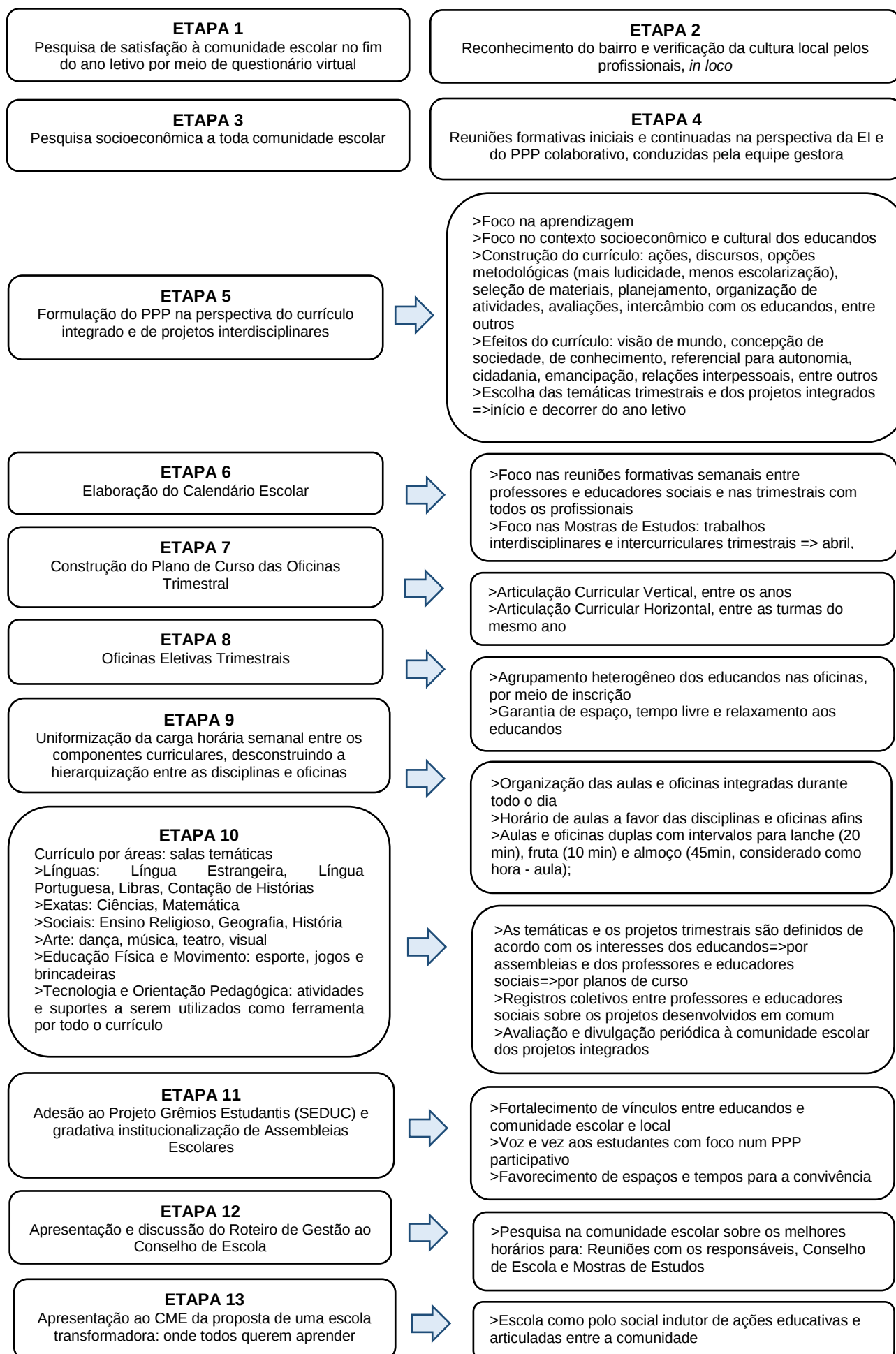
Para isso, a construção de um currículo articulado e efetivo na sua implementação dependerá do planejamento e da execução da formação em serviço liderada pela equipe gestora, o que repercutirá na publicização do processo e seus resultados.

Portanto, esta proposta interventiva sinaliza procedimentos para aproximar os dois grupos docentes, com vistas à aprendizagem dos estudantes, auxiliando na implementação da política pública no que tange ao aumento da jornada escolar com qualidade e intencionalidade educativa, com recomendações de trabalho coletivas e integradas, reorganizando sua estrutura.



ROTEIRO DE GESTÃO – ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Unidades Municipais de Educação



Além do PPP da escola de tempo integral com vistas à interdisciplinaridade, os planos de curso do ensino regular e das oficinas deverão ser compartilhados e planejados entre o setor pedagógico, professores e educadores sociais, servindo como referencial para a articulação entre os dois currículos, com o aporte teórico da Equipe Gestora da unidade escolar.

As formações dos profissionais realizadas pela SEDUC e pela própria escola servirão como subsídios para o fortalecimento de suas práticas, favorecendo a aprendizagem contínua e significativa do aluno, extinguindo com a dicotomia atual entre as jornadas. Segundo Felício (2011), o maior desafio a ser atingido é a qualidade do processo educativo.

A intencionalidade pedagógica das aulas regulares e das oficinas deve alinhar-se ao PPP e ao Plano de Curso do currículo regular e das oficinas, verificando sempre a didática adotada pelos profissionais.

Propõe-se que a Coordenadoria de Formação oportunize a formação continuada para todos os segmentos de profissionais, voltada para a concepção de educação integral em tempo integral, na perspectiva de um currículo único viabilizado e garantido pelo PPP, com a parceria e o acompanhamento eficaz das ações pelo supervisor de ensino.

Para tanto, segundo Felício (2011), o aumento de profissionais atuando em tempo integral em um único estabelecimento de ensino caracteriza-se como questão importante de ordem profissional, na lenta implementação de escolas de educação e tempo integral nas redes públicas brasileiras.

Na cidade de Santos, a pretendida dedicação exclusiva do professor concursado foi criada pela Lei municipal nº 752/2012 e alterada pela nº 877/2015, porém sem prazo para sua regulamentação, o que acarreta, até os dias de hoje, sua não execução. Uma das grandes vantagens da dedicação exclusiva na ETI é a corresponsabilização dos professores com o PPP, o plano de curso colaborativo, a necessidade de estudos periódicos para a prática da interdisciplinaridade e a construção de uma pauta de trabalho direcionada à aprendizagem significativa das crianças e adolescentes.

A proposta da dedicação exclusiva permeia o acesso à formação continuada em serviço e à inovação metodológica, com mais tempo para o aperfeiçoamento da práxis do professor, em prol da interferência na própria comunidade.

Com relação à apropriação dos espaços e à socialização das práticas, sugere-se a configuração das salas em ambientes específicos e temáticos das áreas de experiências para a ampliação do dinamismo e interesse dos educandos nas aulas e oficinas, a fim de se obter uma jornada única com propósito na formação integral do educando.

Os espaços temáticos contribuirão para a organização do suporte material e a inovação de metodologias, aproveitando e disponibilizando áreas do prédio escolar para uso específico relacionado a objetivos e expectativas de aprendizagem, como: salas de leitura, biblioteca, sala multiuso, laboratórios de áreas humanas, exatas e biológicas que se complementam com as salas de informática (estudo e pesquisa e laboratório pedagógico). E ainda, quadras esportivas, jardins, pátio, refeitório, auditório, horta, palco, entre tantos outros. Indica-se o uso comunitário dos materiais escolares, disponíveis a todos nessas salas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"A educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos."

Paulo Freire

Quem já acompanhou a implementação de alguma política pública ou projeto institucional sabe que o ponto central são as pessoas. Sendo assim, o desafio maior é conquistar corações e mentes para a efetivação de propostas, no caso, aqui, que transformem os educandos em cidadãos do mundo e protagonistas de suas histórias.

Quanto a isto, não há receitas prontas, porém exige-se um movimento de construção e, dadas as condições de trabalho, as práticas têm de ser avaliadas e

cobradas. Para tal, ouvir professores, pais e alunos torna-se fundamental para a escola ter sucesso e transformar-se num polo educativo e cultural da comunidade.

Mais do que somente investir, é preciso também atrair os professores para a escola de tempo integral com condições de trabalho, número ideal de alunos por turma, a fim de que seja viável realizar uma intervenção de excelência. É imperioso haver carga horária para estudos, preparação de aulas, tempo para interação com os outros professores e educadores, bem como garantia de formação continuada adequada à realidade e ao cotidiano da escola. É preciso que haja políticas educacionais eficientes e fomento real para a participação da comunidade no acompanhamento da vida escolar.

E nesse contexto, importa observar que a interdisciplinaridade não acontecerá somente por força da lei ou pela vontade do professor, do diretor ou do coordenador pedagógico. Ela só será possível em um ambiente de colaboração entre os profissionais envolvidos no processo, o que exigiria a permanência na unidade por no mínimo dois anos, além de conhecimento, confiança e entrosamento da equipe como um todo.

Por isso, a importância do PPP da escola de tempo estendido deve prever o currículo integrado, espaço e tempo para as atividades entre professores e educadores sociais para que ocorra de fato um programa de interdisciplinaridade.

Assim, para que haja um trabalho colaborativo e participativo na escola, acredita-se na responsabilização, no acompanhamento, na avaliação contínua do currículo por gestores e toda a comunidade escolar, sendo necessária a liderança de um grupo gestor institucional, na figura da SEDUC e do Supervisor de Ensino; e escolar, na figura da Equipe Gestora; engajada, comprometida, com alguma experiência e proatividade, resiliente e que saiba operacionalizar os conflitos de interesses que provêm dos diferentes grupos.

Dessa forma, a escola de tempo integral na rede municipal de Santos direcionará seus sujeitos à inovação e à mudança, permeando com espaços e tempos diferenciados um currículo agregador que empodere de saberes todos os educandos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M., G. O direito a tempos-espços de um justo e digno viver. In: MOLL, J. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre, Editora Penso, 2012.

FELÍCIO, H., M., S.. **A instituição formal e a não-formal na construção do currículo de uma escola de tempo integral**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.27, n.03, p.163-182, dez. 2011.

MOLL, J. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre, Editora Penso, 2012.

SANTOS, R., M., N. **Pontes entre nós**. A articulação docente no 1º CEB – um contributo para a aprendizagem. Universidade Lusófona do Porto. Instituição de Educação, Porto, 2012.